

AVISO INFORMATIVO – CLIENTE **Na sequência do Regulamento (UE) 2016/679**

Conforme o art. 13 do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento geral para a proteção de dados), o Cliente fica informado de que os seus dados pessoais são processados por BFF Bank S.p.A. – sucursal em Portugal para os seguintes propósitos: gestão de clientes, conformidade com obrigações legais, contabilísticos e fiscais, planeamento empresarial, gestão de litígios, serviços de controlo interno, igualmente por meio de processamento eletrónico, consultoria, comparação com critérios previamente estabelecidos e qualquer outra operação relevante para alcançar os referidos propósitos. Da mesma forma, esses dados podem ser tratados para fins de combate ao branqueamento de capitais, de acordo com a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, relativa as medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, e de acordo com o artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de Abril – Regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD) da união europeia (UE).

Dependendo do canal usado pelo Cliente para manter relações com BFF Bank S.p.A. – Sucursal em Portugal, os métodos de tratamento podem também ser por telefone, telemático ou via postal. O processamento é levado a cabo por pessoal nomeado por escrito e os propósitos em questão também podem ser alcançados por meio de transmissão e comunicação de dados a terceiros, referindo-se a terceiras pessoas autorizadas a processar os mesmos dados, uma vez que são responsáveis por realizar ou prestar serviços específicos estritamente funcionais para a execução da relação contratual, tais como empresas de serviços informáticos, empresas de terceirização (*outsourcing*), consultores e *freelancers*, sempre em conformidade com as disposições da legislação relativa à segurança dos dados.

Os Dados pessoais podem igualmente ser comunicados a bancos e instituições de crédito para a gestão de pagamentos e de seguros, no que concerne os benefícios. Está disponível, na sede da Empresa, uma lista dos nomes de todas as pessoas enquadradas nas categorias acima. Os dados mencionados podem ser recolhidos tanto dos interessados como de terceiros. A disponibilização dos dados solicitados, quer obtidos com base em obrigações legais quer enquanto estritamente funcionais para a execução da relação contratual, é necessária e a recusa em fornecê-los acarreta a impossibilidade de levar a cabo as atividades exigidas para a conclusão e execução do contrato.

Os Dados pessoais serão armazenados na totalidade durante todo o período da execução do contrato; subseqüentemente, tais Dados pessoais serão armazenados por um período de dez anos, de modo a cumprir as obrigações legais e, entre as quais, as obrigações referidas no artigo 130.1 do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) Podem ser estabelecidos armazenamentos adicionais dos Dados pessoais ou de parte dos Dados pessoais, para a aplicação ou defesa dos respetivos direitos em qualquer local possível e, em particular, em instâncias judiciais.

A presente legislação concede ao Titular dos dados uma série de direitos que o convidamos a analisar cuidadosamente. Entre estes, lembramos-lhe os direitos de:

1. Aceder às seguintes informações:
 - propósitos do processamento;
 - categorias dos Dados pessoais em questão;
 - recipientes ou categorias de recipientes a quem os Dados pessoais foram ou serão revelados, sobretudo recipientes em países terceiros ou organizações internacionais;
 - direito ou não de o Titular dos dados solicitar ao controlador que retifique ou apague Dados pessoais ou restrinja o processamento de Dados pessoais a si relativos ou que sejam objeto de tal processamento.

2. Retificação significa aqui:
 - retificação de Dados pessoais a si relativos que estejam incorretos sem demora justificada;
 - suplementação de Dados pessoais incompletos, incluindo a disponibilização de declaração suplementar.

3. Eliminação de Dados pessoais a si relativos sem demora indevida, se:
 - os Dados pessoais já não forem necessários para os propósitos para os quais foram recolhidos ou, doutra forma, processados;
 - o Titular dos dados retirar o seu consentimento e não houver outro fundamento legal para o processamento;
 - objetar ao processamento e não houver fundamentos legais que anulem a objeção ao processamento;
 - os Dados pessoais tiverem sido ilegalmente processados;
 - os Dados pessoais tiverem de ser eliminados em conformidade com uma obrigação legal;
 - os Dados pessoais tiverem sido recolhidos para a oferta de serviços da sociedade da informação.

4. Restrição de processamento:
 - caso a exatidão dos Dados pessoais seja contestada, durante um período, permitindo ao controlador verificar a exatidão de tais Dados pessoais;
 - quando o processamento for ilegal e o Titular dos dados se opuser à eliminação dos Dados pessoais e solicitar, em vez disso, a restrição do seu uso;
 - quando os Dados pessoais forem exigidos pelo Titular dos dados com vista a estabelecer, aplicar ou defender-se de processos judiciais, embora o controlador já não precise deles para os propósitos do processamento;

- caso objete ao processamento ao abrigo do direito de oposição.
5. Receba notificação em caso de retificação ou eliminação de Dados pessoais ou restrição de processamento;
 6. Portabilidade dos Dados, isto é, o direito de receber os Dados pessoais a si relativos, num formato estruturado, comumente usado e de leitura ótica e ter o direito de transmitir esses dados a outro controlador, sempre que:
 - o processamento for baseado em consentimento expresso do Titular dos dados para um ou mais propósitos específicos ou ocorrer devido a contrato assinado com o Titular dos dados e
 - o processamento for levado a cabo por meios automáticos.
 7. Objeção em qualquer momento, com base na sua situação particular, ao processamento de Dados pessoais a si relativos.

Tem o direito de apresentar queixa a uma autoridade supervisora caso creia que os direitos aqui mencionados não lhe foram concedidos.

Para exercer os direitos supracitados, queira contactar o Controlador enviando carta registada para a morada indicada ou um *e-mail* para o endereço dpo@bff.com.

O Controlador no âmbito da lei é BFF Bank S.p.A. – Sucursal em Portugal, Rua Barata Salgueiro n.º 37, 1º Dto., Lisboa, 1250-042.

O Representante do Controlador é o Head of Country do BFF Bank S.p.A. – Sucursal em Portugal.

O Banco também designou um **Responsável pela Proteção de dados** (*Data Protection Officer*). Pode contactá-lo pelo seguinte endereço de e-mail: dpo@bff.com